

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ENCONTRO DE LINGUISTAS, ANTROPÓLOGOS E EDUCADORES - BRASÍLIA

19.12.77

Expositor - J A Y M E D E M A T T O S

A nossa intervenção no presente encontro não tem maiores pretensões que a de cientificar os senhores participantes do trabalho desenvolvido pela FUNAI na área de educação.

As informações que nos propomos a prestar dizem da nossa realidade; não há interesse em ocultações. Do mesmo modo que apresentaremos as realizações que consideramos acertadas, queremos colocá-los a par das nossas dúvidas e enganos, na esperança de que, juntos, encontremos soluções para que possamos efetuar as correções necessárias.

A abordagem histórica proposta faz sentido na medida em que nos permite examinar o porquê da atual diretriz dada ao problema educacional indígena. Esta orientação foi iniciada na administração que nos antecedeu e nós temos seguido na mesma linha de ação por acreditarmos na sua validade.

Não desconhecem os senhores, todos ligados ao problema indígena, que as experiências empreendidas pelos organismos governamentais, missões religiosas e até mesmo instituições particulares, visando escolarizar as comunidades indígenas, em moldes da educação nacional, não lograram êxito.

Temos lido, e nós mesmo já assinamos um documento, quando de um estudo junto ao NOBRAL, que as tentativas de escolarização nos moldes citados tem contribuído para acentuar a marginalização dos povos tribais e agravar as acusações contra o Brasil, quanto ao tratamento cultural das minorias étnicas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 02 =

No momento a alta direção da FUNAI e nós, técnicos competentes por atribuições regimentais e com formação em educação e antropologia, estamos preocupados muito menos com as acusações internacionais contra o nosso país que com as escolas existentes nos Postos Indígenas, que propõem alfabetizar o índio somente em português. Tais escolas têm contribuído para acirrar preconceitos, de professores despreparados e estereótipos das comunidades envolvidas e, o que é pior, criar condicionamentos negativos nos alunos índios, quanto a sua capacidade de assimilação.

As escolas monolíngues em idioma nacional que existem nos Postos Indígenas, preenchem outra função, qual seja a de convencer os integrantes das camadas dominantes da sociedade nacional, de que os indígenas estão adequadamente assistidos, e que, se mais não aproveitam é porque não querem, por inércia, ou incapacidade.

Verdadeiramente, não há como compatibilizar a escola colocada à disposição dos indígenas, baseada no ensino e mesma programação destinada ao atendimento das populações rurais, com os reais interesses das comunidades indígenas.

Um conceito acatado de educação escolar parte da idéia de que a escola é uma agência formal do processo destinado a socializar os membros jovens da sociedade que a patrocina. Daí ficar patente, como a educação foi usada, intencionalmente, ou não, e, lamentavelmente, ainda é, junto às comunidades indígenas para manter os quadros de dominação da sociedade nacional. Esta utilização fica mais clara quando os pontos de referência das atividades escolares são tomadas, exclusivamente, na sociedade nacional.

Quanto as acusações internacionais contra o Brasil, cessarão, naturalmente, no momento que corrigirmos estes erros.

Seria ocioso continuarmos tecendo comentários sobre a escola única, oferecida às comunidades indígenas antes da instituição da FUNAI.

ENSINO BILÍNGUE

A instituição do ensino bilíngüe para os índi-
genas brasileiros tem sofrido críticas e pressões, a sua reali-
dade tem sido contestada, mesmo entre nós servidores da FUNAI.
Temos ouvido considerações até quanto à necessidade de revoga-
ção da legislação que garante sua utilização, na educação ofe-
recida a um número reduzidíssimo de grupos.

Temos defendido a continuidade dos projetos
existentes e lutado pela implantação de outros. Felizmente, a
nossa posição tem encontrado guarida na Direção do Departamen-
to Geral de Planejamento Comunitário - DGPC ao qual pertence a
Divisão de Educação e no Exmo. Sr. Presidente da FUNAI. Não
contássemos com esta proteção, certamente não conseguiríamos a
continuidade das experiências que empreendemos e, muito menos,
pensar, sequer, na criação de novos projetos.

Apesar da nossa confiança no ensino bilíngüe,
da certeza de sua validade, queremos submeter aos senhores
duas considerações que nos tem preocupado.

A primeira é de que não pensemos que o ensino
bilíngüe, por si só, seja a panacéia para todos os males da
educação indígena. Existem problemas inúmeros que se não sana-
dos, podem comprometer todo o trabalho, da educação bilíngüe,
por maior que seja sua eficiência.

Queremos destacar, especialmente, o problema
da continuidade de escolarização do educando índio.

A razão desta nossa colocação é fundamentada
na resistência de alguns técnicos, quando falamos em adaptação
da educação indígena, ao sistema educacional brasileiro.

Já dissemos da nossa preocupação na compatibili-
zação da educação nacional com os interesses das comunidades
indígenas, entretanto, por paradoxal que possa parecer, confia-
mos na compatibilização de uma educação pensada para o índio
na com o sistema educacional brasileiro, de modo a permitir ao

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 04 =

índio, sem dificuldades, continuidade no seu processo de escolarização.

Neste sentido, temos mantido entendimentos com técnicos do MEC, especificamente do Departamento de Ensino Fundamental, onde temos encontrado receptividade. Não podemos é continuar pensando numa educação para o índio desvinculada do ensino brasileiro.

- A segunda diz respeito a não se confundir os cursos de formação de monitores com o ensino bilíngüe; tem ocorrido até mesmo entre técnicos de reconhecida capacidade, a citação de um destes cursos, como sendo ele, isolado, um projeto de ensino bilíngüe, quando sabemos ser apenas uma fase de todo o processo. Pode parecer um problema de menor importância, mas é altamente prejudicial, quando nega ao monitor, para nós, a figura mais importante de todo o sistema, o mérito da sua atuação na alfabetização, e passa aos técnicos, que formam os monitores, toda a competência deste tipo de educação.

Somente, em 1970, iniciou-se, oficialmente, a experiência com ensino bilíngüe, portanto, 4 anos após a promulgação da convenção 107, sobre as populações indígenas e tribais, adotada em Genebra em 1957, que recomenda, no artigo 23, que o ensino, visando capacitar as crianças a ler e escrever, seja ministrado na língua materna, e assegura a transição progressiva da língua materna para a língua nacional.

A experiência pioneira realizou-se no Rio Grande do Sul com os Grupos Kaingang e Guarani.

Hoje, passados 7 anos, temos implantados apenas mais dois projetos, KARAJÁ e XAVANTE além de uma turma única formada entre os POTYGUARA, GUAJAJARA e duas entre os Karajá.

No momento, estamos realizando em Tenente Portela, Rio Grande do Sul, uma nova experiência com o Grupo Kaingang; trata-se da formação de monitores de EDUCAÇÃO, SAÚDE e AGRICULTURA.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 05 =

A duração do curso está prevista para 3 anos.

Para o exercício de 1978, pretendemos reiniciar o curso de formação de monitores KAVANTE, na reserva de São Marcos, decidido em julho de 1976, em reunião com os líderes indígenas.

Em termos numéricos podemos consultar os quadros anexos.

Todos sabemos que um programa de educação bilingüe, desde a análise da língua até a atuação dos monitores nas salas de aulas, compreende uma longa caminhada.

Os projetos em andamento e os planejados para implantação futura, existem, graças ao convênio que a FUNAI mantinha com o SUMNER INSTITUTE OF LINGUISTICS que arcava com toda a responsabilidade da parte referente à linguística e continuava colaborando com a FUNAI na formação dos monitores e até nas avaliações e cursos de atualização.

Com a decisão de não se renovar o convênio com aquela instituição, necessitamos encontrar soluções que nos permitam continuidade do trabalho iniciado.

Na busca dessas soluções reside a razão maior deste Encontro.

Na listagem abaixo temos os subprogramas desenvolvidos pelo SIL e em condições de serem implantados.